

NOVOS POBRES: O QUE HÁ DE NOVO?

A expressão *novos pobres* começa a aparecer nas análises de conjuntura, nas reportagens dos jornais e já em artigos mais ligeiros, em busca de delineamento teórico. Empiricamente, refere-se, sobretudo, a uma categoria de trabalhador desempregado, de modo que a expressão tanto mais se adequa ao ser designado, quanto mais este é, no conjunto da oferta de trabalho, um trabalhador apto ou, inclusive, qualificado. Assim, a expressão parece querer enfatizar, antes, o resultado de um processo do que a qualidade de um ente, caracterizando mais a expulsão do mercado de trabalho do que a espoliação do trabalhador. Ou seja, fosse o tempo em que pobre era o andrajoso, doente e fétido mendigo de quem se dizia que “sempre existiu”. O *novo pobre* é aquele que até há bem pouco tempo ainda permanecia, bem ou mal, inserido no mercado de trabalho, ou pertencia a um grupo familiar capaz de mantê-lo integrado no sistema social, mesmo sem emprego. À medida em que os postos de trabalho escasseiam, os fundos de reserva das famílias se extinguem e o Estado se retira, um contingente cada vez maior de pessoas desvinculadas do processo produtivo dão o tom do que hoje se tem como ‘novo’.

MARIA NEYÁRA DE OLIVEIRA ARAÚJO*

RESUMO

O texto lança mão dos conceitos de ‘fundo público’, elaborado por Francisco de Oliveira em “O surgimento do anti-valor”/1988 e de ‘sociedade do bem estar’, elaborado por Rosanvallon, em “La crise de l’Etat-Providence”/1981, para discutir a emergência da categoria social dos ‘novos pobres’ enquanto fenômeno contemporâneo resultante do desemprego estrutural. A partir daqueles conceitos e de alguns dados empíricos encontrados em pesquisa efetuada pela autora sobre a história social dos pobres do Ceará, desenvolve o pressuposto de que a ‘nova pobreza’ não é uma categoria residual do capitalismo, mas a expressão mais acabada da mercantilização do trabalho. Paradoxal e felizmente - o acabamento do processo de mercadorização do trabalho é, ao mesmo tempo, o processo de publicização das classes, o que significa dizer que há um elemento intrínseco de inclusão no que aparece tão somente como exclusão. Este raciocínio conduz à hipótese (passível de comprovação lógica e histórica) de que, objetivamente, a pobreza se nega, compondo aí um núcleo político de sentido transformador, onde a autora identifica o teor do ‘novo’.

*Doutora em Sociologia e Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

Pretendo aqui contribuir na construção teórica em torno dessa pretensa novidade, tentando sistematizar o pensamento de alguns autores que possibilitam a reflexão sobre a questão, sob um ângulo que eu mesma considero mais pertinente. Com efeito, a constatação de que o desemprego é um fato que vem ocorrendo e se acelerando no mundo inteiro, põe diante dos cientistas sociais um grande desafio: ao mesmo tempo em que devem formular explicações que possam dar conta globalmente do problema, também encontram respostas para as particularidades de tempo e lugar, assim como para as formas específicas modeladas pelo curso da ação dos sujeitos; ou melhor, que respondam simultaneamente à ordem de problemas de estrutura e ação/representação coletivas. Isso que parece tão óbvio, e até normativo no seio da comunidade científica, entretanto, aponta para o crucial dilema, hoje, das ciências sociais diante da anunciada capacidade de recuperação do capitalismo enquanto modo de produção e da possibilidade de manutenção da democracia enquanto sua face social e política. Por outro lado, também aponta para a infinidade de aspectos passíveis de análise. Mas tem outra coisa: lá no fundo, o que expressa mesmo é a “obsessão excruciante”¹, nas

palavras de Adam Przeworski, pela busca dos erros passados, ou das possibilidades negligenciadas, de modo a descobrir quais decisões anteriores restringem as alternativas presentes, para que se possa contar com o futuro.

Duas outras expressões, “sociedade dual” e “exclusão” estão também penetrando na nomenclatura acadêmica, de um modo diferente de como foram utilizadas nos anos 1960/1970 acompanhando a teoria da modernização. Então se preconizava a necessidade de uma *decolagem*, termo introduzido por W.W. Rostow em 1956, para expressar a hipótese de que o processo de crescimento econômico podia ser encarado como desenvolvendo-se num intervalo de tempo relativamente breve, de duas a três décadas, durante as quais a economia e a sociedade se transformariam de tal modo que o crescimento econômico se tornaria, subsequentemente, mais ou menos automático². Nesta perspectiva tinha-se da pobreza uma visão residual, que de um ou de outro modo seria sanada por cada país. Hoje não se fala mais em “fazer crescer para integrar”. Os indícios são de que o desemprego estrutural se concentre em regiões, setores econômicos, grupos étnicos ou etários, gerando subculturas baseadas em formas empobrecidas de economia informal ou economia paralela, seccionando assim as sociedades em grupos produtivos de um lado e, de outro e em processo de expansão, grupos de pobres assistidos pelo Estado (nos casos diversos de Estados-de-bem-estar), ou simplesmente ao deus-dará nas economias de capitalismo selvagem.

Enfim, temos de responder agora a esse enigma: se ficamos **mais ricos**, por que estamos **tão pobres**?

Suponho que um sinal positivo na discussão reside justamente no esvaziamento daquela suposição anterior de que, em se gerando riquezas, cada um teria o seu quinhão. No que pese o esforço da proposta neo-liberal para que continuemos acreditando nisso, as evidências na paisagem urbana principalmente, não podem mais esconder que a forma capitalista de produção gera simultaneamente riqueza e pobreza em ordem direta. Essa evidência parece já tomar conta do senso comum, embora envolvida em desesperança. Se os ‘novos pobres’ não foram logo vistos é porque na *decolagem* apareceram primeiro os ‘novos ricos’. Hen-

fil³ que o diga. Aqueles vinham atrás, em pau de arara ou a pé, “hostes errantes”⁴, para em vinte ou trinta anos depois desprenderem-se uns, causando o estardalhaço do “operário em construção morto na contra-mão atrapalhando o tráfego” ou, semivivos e perplexos, “morando-andando”⁵, nas ruas das grandes cidades; outros, engajando-se na “revolução dos zés”⁶ todo dia, no meio dos sindicatos incomodando, tanto, que já pegaram a pecha de corporativistas.

Outro ponto positivo, decorrente do primeiro, é que agora se deverá fazer a crítica à sociedade do trabalho, já que a visibilidade atual da crise se dá pela extinção de postos de trabalho. Desta vez a crítica talvez se faça radical, posto que se depara explicitamente com a contradição: se a economia (o capital) cresceu, por que a sociedade (o trabalho) está pobre? Posta desta forma, a crítica deverá implodir uma idéia que ainda hoje permanece escondida nas bocas e mentes das pessoas comuns, mas também como pano de fundo, aquilo que não é dito mas é pressuposto em muitos trabalhos científicos, como verdade inquestionável, naturalizada, parecendo revelação: capital encarna riqueza e trabalho encarna pobreza. Esse sinal deve ser invertido, ideológica e metodologicamente. Em vez de “cada minuto da máquina equivale a cem horas de trabalho do operário”, leiamos “cada minuto de trabalho da máquina permite ao operário dez dias de repouso”⁷. Afinal, a primeira lição que aprendemos nos manifestos políticos e nas aulas de sociologia é que “capital é trabalho acumulado”. Em assim sendo, não poderíamos pensar que tanto capital junto não é hora de nos aposentarmos, ao invés de entrarmos em pânico diante do fim apocalíptico da chamada sociedade do trabalho? Mas não. Permanecemos conservadores. Por mais que critiquemos a forma de trabalhar e seus resultados no modo capitalista de produção dos bens, o máximo que pedimos é a ampliação, com boas condições, dos postos de trabalho. Dizia-se no século XIX que aquele era o século do trabalho. Pois continuamos como em 1848, ainda proclamando o ‘direito ao trabalho’! Só que agora desarmados e medrosos...

Emoções panfletárias à parte, o que quero dizer é que não é suficiente a crítica que se limita aos males do modelo econômico poupador de mão-de-obra, ou que tenha por ideal a sociedade

do pleno emprego. É preciso que a crítica retorne ao centro das relações de trabalho, evidenciando as manifestações de violência embutidas no interior desse lado ordeiro do mundo. Além do que não se pode desconhecer o fato de que a sociedade do desemprego não é mais aquela das primeiras décadas do século para a qual carecia criar emprego, mesmo que fosse “cavando e entupindo buraco”. Ou seja, é preciso que a crítica saia do marco da própria sociedade do trabalho, do raciocínio impotente semelhante ao que faz a mulher mal casada: “ruim com ele, pior sem ele”. Não encontrar alternativas é extrair do campo de sua visão a faticidade das mudanças, o que do ponto de vista das ciências sociais, é um equívoco logo na saída da análise.

De que ‘mau marido’ estamos, pois, falando?

Não é preciso dizer que não estou simplesmente propondo a eliminação do trabalho. A garantia da sobrevivência física da espécie humana sempre compeliu todas as sociedades a formas de metabolismo com a natureza através do trabalho, e a ordená-las, de modo que este é uma eterna necessidade natural da vida social. Neste sentido – concordemos com Claus Offe – falar em ‘sociedade do trabalho’ poderá até ser considerado uma trivialidade sociológica.⁸ O importante é que se faça o deslocamento dessa base natural do trabalho, liberando-o de qualquer forma imanentista de vida⁹, viés ao qual nem a própria economia marxista escapou – como nos chama a atenção Karl Polanyi – malograda na tentativa de superar a dicotomização homem-natureza realizada pelo naturalismo do século XIX, em razão da adesão muito estrita de Marx às teorias de Ricardo e às tradições da economia liberal.¹⁰

A filosofia, desde Rousseau, parece fazer uma acusação à história moderna por ter tomado um caminho que afastou o homem de sua liberdade natural, introduzindo um elemento espúrio na sua troca com a natureza, qual seja, o mercado, que acabou criando em forma pura o mais poderoso corrosivo do tecido social: a mercadoria. Contra esse veneno, há dois mil anos, Aristóteles já chamava a atenção argumentando que a produção para o lucro, que se opunha à produção doméstica, assentava-se num princípio não natural ao homem, por ser ilimitado e infinito. Assim também o utópico Owen, em 1817, dizia que a difu-

são geral das manufaturas através de um país geraria um novo caráter em seus habitantes, o qual, por se formar à base de um princípio bastante desfavorável à felicidade individual ou geral, haveria de produzir os males mais lamentáveis e permanentes, a não ser que a sua tendência fosse contrabalançada pela interferência e direção legislativa. Um século depois, Keynes formulou o modo de intervenção que já agora dá mostras de seu limite, no estertor do que ficou conhecido como sendo o Estado do bem estar.

Quer dizer, não faltou quem alertasse contra o mau marido, e nem medidas de conciliação . . .

O problema é que, para além das formas de propor e repropor contratos, o movimento próprio do sistema mostrava sua força. O trabalho fora aprisionado e restava abstrato, morto, mas não parado. Morto e mau, tecendo estragos. Até a hora do juízo final: se capital é trabalho acumulado, trabalho não é capital? Ressuscitado o trabalho, um capital metamorfoseado que, em 1988, – dirão! – Francisco de Oliveira teria chamado de “fundo público”.¹¹

Enfim, a crítica à sociedade do trabalho só terá efeito – no sentido de apontar para a possibilidade de superação – se formulada no interior mesmo da forma em que foi criada: a mercadoria e seu fetiche, no próprio momento em que este alcança o trabalho. Francisco de Oliveira persegue este movimento e mostra uma luz no fim do túnel. Trarei aqui alguns elementos desse pensamento.

E não deve ter sido à toa que Marx chamou de morto a esse trabalho mercadoria, pois que a morte nunca parou de nos rondar. Sintomas do mal – o tédio, o fastio, o aborrecimento, o vazio – foram sobejamente revelados pela arte e pela filosofia, assim como pela pesquisa social: os homens têm o sentimento como se o mundo estivesse lhes escapando e em vão eles tentassem apanhá-lo.¹²

O aperfeiçoamento do trabalho na forma mercadoria alterou radicalmente o tecido social. Considera-se que, à medida em que os processos de racionalização técnica e organizacional do padrão fordista-taylorista que modelaram o trabalho no mundo moderno se implantavam, foi resultando a eliminação do fator humano e de suas faculdades morais ainda resistentes no processo de produção industrial. Por outro lado, permitiram um

grau de acumulação nunca antes conhecido. Desta forma, o problema da sociedade contemporânea não pode ser reduzido à extinção dos postos de trabalho, mas diz respeito, primeiro, às novas formas de relação entre este e o capital diante do novo montante de riquezas criado e, depois, à dimensão subjetiva do fator trabalho: ou seja, o conjunto de direitos e obrigações associados à dignidade do trabalhador e a seu reconhecimento social proporcionalmente enfraquecidos. Como assevera Claus Offe, padecemos, assim, da ausência de uma infra-estrutura moral efetiva de normas de solidariedade e de obrigações em relação ao trabalho¹³. que no limite, e de acordo com a lógica individualista predominante, pode levar à escolha racional de uma posição oportunista em face das políticas sociais (entre os setores assistidos) e, entre os propriamente excluídos, à reelaboração da máxima “é melhor pedir do que roubar” – passível de punição – por outra do tipo: “é melhor pedir do que trabalhar”. As duas formas, porém, esbarram nos sinais de seus limites. A primeira, própria do modelo de estado-provedor encontra sua insolvência nos dados fiscais; a segunda, advinda da caridade privada, “cansou a cidade”, como diz uma mendiga de Fortaleza referindo-se ao seu constrangimento em bater numa porta para pedir esmola sabendo que antes de si, naquele mesmo dia, uma dezena de miseráveis já o haviam feito. A mendiga escuta de dentro de casa dizerem: “*perdoe, minha senhora, eu dei nesse instante*”, e sai com a certeza de que “*a muiezinha até tem vontade de ajudar, mas não pode dar a todo mundo*”.¹⁴

O novo seria então a evidência de esgotamento dos fundos?

Uma hipótese geral que conduz estas notas é de que essa é a forma sob a qual ele aparece. Ou seja, a *nova pobreza* não é apenas o resultado de uma crise no interior do estado-do-bem-estar (incluindo-se nesta denominação também as sociedades de baixos escores de atendimento social), em que o desemprego, associado à falta de reservas (pessoais, familiares ou públicas) revela uma crise parcial ou de conjuntura, embora talvez das mais agudas. Suponho tratar-se de uma crise de estrutura, ou seja, que reflete alterações na própria estrutura de produção e emprego e que imprime diversos contornos à pobreza.

Assim, quando falamos de uma *nova pobreza*,

falamos também de uma pobreza muito antiga. Aquela que diz respeito à expropriação de qualificações, experiência e conhecimento, enfim dos atributos humanos primários tornados não só supérfluos, mas disfuncionais à produção. Em 1933, Walter Benjamim, num texto muito bonito intitulado ‘Experiência e pobreza’, fala dessa perda que ele inclusive já chamava de “nova pobreza”. Sua pergunta era dramática: qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós? E concluía o triste filósofo que ficáramos efetivamente mais pobres: – “*abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo de seu valor para recebermos em troca a moeda ‘miúda’ do atual*”.¹⁵

Passados tantos anos, não vimos que é tempo do resgate?

A outra hipótese geral dessa reflexão é o assentamento sobre um ponto de vista que leva em consideração a possibilidade histórica de superação da crise, existente e atuante no próprio movimento desta, negando portanto a antevisão de um ‘fim da história’ que, de algum modo, parece permear a conduta desesperançada da teoria e da política nos dias de hoje. A origem dessa desesperança estaria no ‘acabamento’ do processo de exclusão que viria seguindo a tendência, por etapas, da exclusão do mundo econômico, em primeiro lugar, da exclusão social e política, em segundo lugar, para finalmente ingressar na esfera da vida, onde já se identificariam movimentos de extermínio propriamente dito, de um lado, e de outro, o refluxo dos movimentos sociais.¹⁶ Contra essa perspectiva, felizmente, há o reconhecimento explícito por parte do setor formal da mão-de-obra a respeito do potencial libertário das novas tecnologias e das novas formas de organização do trabalho. Tal clareza se evidencia já no interior do movimento sindical quando este se dispõe à tarefa de abranger na sua prática os setores excluídos do mercado de trabalho, considerando como erro ignorar a legião de desempregados e subempregados, ou vê-los apenas como objeto de campanhas de solidariedade: eles são trabalhadores que precisam de organização, mesmo que isso exija um discurso renovado e reivindicações específicas. Essa, por exemplo, no Brasil, é a posição, embora ainda muito tímida, da CUT.¹⁷

A discussão sobre o *novo* põe em pauta a perda de sintonia entre o dinamismo econômico das principais economias ocidentais e a expansão de programas e sistemas de bem estar social, que existiu em relativo equilíbrio no período que se estende do pós-guerra até à metade dos anos de 1970. Trata-se do rompimento de um “círculo virtuoso” entre a política econômica keynesiana e o Estado-de-bem-estar: aquela regula e estimula o crescimento econômico, enquanto este permite a expansão de políticas de caráter social que controlam as tensões e potencializam a produção e a demanda.

A marca do que então era integração é agora exclusão. As transformações pelas quais passa o trabalho em razão das novas tecnologias, ocasionam mudanças tanto no interior das relações de trabalho, quanto na distribuição da força de trabalho em relação ao processo produtivo. Esta sofre uma segmentação que distingue empregados das grandes empresas, trabalhadores do setor informal ligados ao trabalho precário ou parcial, e os propriamente desempregados, os quais dificilmente retornarão ao mercado de trabalho, pois caíram no desemprego estrutural. A este quadro evolutivo Noam Chomsky chama de “difusão do modelo social terceiro mundista”. Ou seja, se sabemos que o desenvolvimento do capitalismo não se dá uniformemente em todas as regiões, sua crise também não atinge do mesmo modo a todos os trabalhadores, de forma que já se prepara o “modelo social quarto-mundista”, e assim por diante. E isso não é mesmo nenhuma novidade: em 1835, de visita a Manchester, Alexis de Tocqueville comentava que “daquele esgoto imundo jorrava ouro puro, que ali a humanidade atingia o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, a civilização fazia milagres e o homem civilizado tornava-se quase um selvagem”.

O que haverá então de novidade?

No livro *History of the working classes in Scotland*, Tom Johnston¹⁸ reconta o seguinte episódio:

“Em Ballindalhoch, no Spey, um pobre homem fora condenado à morte, e como a força não estava pronta ele foi colocado no fosso do barão enquanto se erguia o patíbulo. Finalmente tudo estava em ordem e os homens do barão chamaram o prisioneiro; mas em vez de aparecer, o condenado desembainhou uma espada e ameaçou matar o primeiro que fosse buscá-

lo. A persuasão e a ameaça também foram igualmente inúteis, até que finalmente a mulher da vítima apareceu e bradou: “Venha calmo pra ser enforcado, Donal, e não irrita o lorde”.

Infelizmente não tenho a data desse acontecimento, mas com certeza terão passado muitos anos até o dia em que um mendigo das ruas de São Paulo, em 1992, comentava a respeito de outro, que recolhia lixo de dentro de um camburão à porta de um edifício: “*Um home desse num é um miserave, o home cata lixo pra comer!*”¹⁹ A expressão verbal talvez diga pouco para quem não viu a expressão de seu rosto e a entonação de sua voz. O que dizia o mendigo com os gestos e a frase dramática é que seu companheiro se recusava a morrer, por mais absurdo que seja alguém procurar a vida no próprio refugio dela. Mas é um primeiro passo para a reivindicação radical da própria existência, por parte de quem foi denominado ‘excluído’. As ciências sociais não podem permanecer mudas a esse apelo. Ele é, talvez, o que tenha de mais novo. Vem agora de milhões de bocas. E tanto é expressivo que, como diz Nascimento (Op.cit.), no Brasil, o único movimento social em expansão é o movimento de solidariedade com a vida.

Contudo, ele é único porque é global – organiza 3 milhões de pessoas em comitês e tem a participação de 30 milhões, além de contar com o apoio completo da sociedade brasileira – e absoluto – porque parte da ética, da solidariedade e da política e “*está querendo inventar um novo conceito de cidadania*”, como diz Betinho, seu idealizador.²⁰ Diante disso, é difícil compartilhar com o que parece ser uma decepção entre os cientistas sociais em razão do que chamam “o refluxo dos movimentos sociais a partir da segunda metade dos anos 80”. A decepção refere-se principalmente aos movimentos urbanos, e justifica-se mediante um certo cálculo custo-benefício em que o resultado não parece muito favorável aos integrantes da luta social. Estes pareceram se dar conta de que o saldo de suas mobilizações não apenas era pouco significativo, como se desfazia com o tempo, em meio às mudanças de governo, à inflação, ao abandono ou degradação dos serviços públicos. Para Nascimento (Op.cit.) isso é o resultado do que denomina ‘espaço societal regulado’, cujos sinais, evidentes a partir de 1990, são a incapacidade industrial

de criar mais emprego, mesmo com o crescimento da produtividade e da produção, a menor permeabilidade do espaço de representação para os mais pobres, e a suspensão das políticas públicas por parte do Estado. Sinais do que Francisco de Oliveira chama de 'Estado do mal-estar'.²¹

Mas quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida propõe um 'novo conceito de cidadania', ou quando a ONU propõe em Copenhague, na primeira reunião de Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, um 'novo contrato social', ou ainda, quando a igreja brasileira lança sua Campanha da Fraternidade para 1995, sob o tema 'A Fraternidade e os Excluídos', por mais variado que seja – e é – o entendimento a respeito da desigualdade social por parte dessas instituições, o que há de novo não é apenas a maior visibilidade do problema em razão de seu aumento quantitativo. O 'cidadão novo', assim como o 'contrato social novo' e o 'Eras tu, Senhor?!'²² da igreja católica, demonstram o aparecimento de uma alteridade que se gesta diante de cada uma daquelas instâncias sociais em busca de sua síntese. Ou seja, o cidadão não se contenta mais com o mero desfrute da aparelhagem civil, nem em reivindicá-la pelos caminhos de antes ao Estado-provedor; o contrato social não cabe mais na forma burguesa de propriedade e domínio exclusivo do Estado; e, entre os cristãos, o pobre não é mais o depositário da caridade, é o próprio Cristo. Sem dúvida, está a se impor um *novo pobre*, que é um *novo cidadão* e que impõe um *novo contrato social*.

Há um radical germe político na manifestação desse *novo*. E que não apareceu por geração espontânea, mas resultou dos ajustes e posições assumidas na trajetória da luta de classes, notadamente no início deste século, quando a riqueza acumulada veio a ser convocada para o rebatimento da crise, através da antecipação de demandas, transformando a partir daí, completamente, o perfil e a forma de relação entre as classes. Essa relação adquire um teor estratégico, devendo haver o mútuo reconhecimento das partes, que agora não se defrontarão mais como meras personificações privadas do trabalho e do capital, mas interfaciadas por uma dimensão pública, sem a qual não é mais possível a reprodução social. Essa interface é o que Francisco de Oliveira conceituou de 'fundo público', em que me deterei a seguir.

Aliás, para esse autor, no capitalismo contemporâneo, o des-emprego não pode mais ficar sujeito aos conflitos na esfera privada de duas forças sociais, sendo transferido, como conflito, para uma esfera pública²³. Quero supor que aí, sim, é que reside o novo – este 'vírus' da política – que gera as representações do *pobre-próprio-Cristo* dos católicos, do *novo-cidadão* da Ação pela Vida, e do *novo contrato social* da ONU, resultado de uma alteridade inarredável que procura explicitar-se. É o debelamento desse 'vírus' que ocupa sem tréguas os planos neo-liberais, daqui e de alhures.

Em torno desse teor político é que formulo a hipótese de que quero me acercar nestas notas: o que identifico como *novo* na presente situação da pobreza é uma face pública que, quanto mais acabada, mais exposta. Essa face pública corresponde ao arremate final da força de trabalho na forma mercadoria e à possibilidade posta, a partir de então, da inversão do processo – sua desmercadorização. E sendo o público inerentemente político, este movimento é por isso detentor de uma irreversível força política, emergenciadora de direitos ainda não reivindicados, por mais paradoxal que seja perceber que, nas bordas do processo, a miséria apareça tão mais absoluta e devastadora. Mas é importante não perder de vista os diversos conteúdos históricos, ou os diversos tempos, com os quais a forma exterior igualitária da mercadoria se depara, gerando combinações diferenciadas de relação entre as classes e, consequentemente, contornos contrastantes da realidade social imediata. Aqui, reporto-me portanto a reflexões de corte longo, capazes de oferecer o tempo à História.

A identificação do *novo* como sendo o teor político vinculado ao estágio público da pobreza, é uma idéia desenvolvida a partir do conceito de 'fundo público', formulado por Francisco de Oliveira. Por 'estágio público da pobreza' quero me referir à contrapartida de que, agora, a riqueza é um 'dote' público que ainda se mantém – certamente num estágio mais explícito da contradição – na forma da apropriação privada do produto social. Pode-se dizer que a manifestação aparentemente mais contundente da pobreza na atualidade é o reverso da crise fiscal dos Estados-de-bem-estar. Ou seja, quanto mais o Estado provedor recua de seu papel no que concerne ao fi-

nanciamneto da reprodução da força de trabalho, como é a política neo-liberal de recusa dos serviços sociais, mais a pobreza se evidencia. Essa maior visibilidade, porém, que parece ser a visibilidade da crise fiscal, é na verdade a expressão da abrangência da socialização da produção num sistema que continua mantendo a apropriação privada da riqueza social. O elemento transformador que ela encerra é que, de certo modo, também expressa a retração da base social da exploração.

A abrangência da socialização da produção é o resultado do financiamento público da economia capitalista, o qual, a partir de regras universais, negociadas entre os diversos grupos sociais e políticos, define um fundo unificador da reprodução do capital e do trabalho – o ‘fundo público’ – bem diferente da forma pontual e arbitrária que antes dependia da força de pressão de grupos específicos. Esse é um processo global – embora não uniforme – e datado, que no último meio século alterou fundamentalmente a significação da luta de classes, ocasionando a constituição de uma ‘esfera pública de interesses’ que se gera a partir do próprio meio privado, passando a agir em confronto com este. Como a partir daí a forma desse confronto não se dá mais pela busca do aniquilamento de uma classe por outra, e sim pela afirmação recíproca das classes, paradoxalmente, tanto mais elas se afirmam como identidades, quanto mais parecem desaparecer do campo visível do conflito privado. Passam de classes sociais privadas para classes sociais públicas, introduzindo uma diversidade de sujeitos que antes estavam representados pelos clássicos pares em oposição: trabalhadores e proprietários. Essa miríade de atores é talvez o que confunde a interpretação no seio das ciências sociais, fazendo com que muitos pensem tratar-se não de uma pluralidade de sujeitos na História, mas de sua eliminação.

O processo de publicização das classes vai se dando a par com o desenvolvimento do fundo público, à medida que este se torna irrevogável ao funcionar contemporaneamente como um ‘ex-ante’ das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter ‘ex-post’ típico do capitalismo concorrencial. Esse caráter prévio é inerentemente integrador, ao invés de excludente, e não só do ponto de vista político por pressupor a negocia-

ção, como uma mera politização da economia, mas integrativo no próprio núcleo econômico da reprodução, ao evidenciar a insuficiência do lucro como forma social de financiamento do processo de expansão do produto social e requerer uma outra modalidade, no caso, o fundo público.

E de onde vem o alarme diante do significativo aumento da exclusão social?

Não nos esqueçamos de que estamos ainda nos marcos do capitalismo, no seio de um Estado classista, e o conflito aí não deixou de ser pela apropriação privada do produto social. O combate que se trava no centro desse Estado, ainda que mais ou que menos democrático, tem por objetivo eliminar a razão do fundo público como elemento unificador, afeto ao capital e ao trabalho, e torná-lo interlocutor apenas para o capital, ou seja, privatizá-lo para os fins exclusivos do capital. Tal objetivo, porém, tem seu limite prático-histórico, uma vez que a presença do fundo público junto à reprodução da força de trabalho e dos gastos sociais gerais já se tornou estrutural ao capitalismo e é, portanto, insubstituível. O combate no sentido de ultrapassar esse limite aponta para uma cruel regressão que pretende um Estado completamente subordinado ao capital, invertendo as relações: “em lugar de um Estado como organizador da incerteza da base, haveria uma base organizando o Estado, que se transformaria na mais brutal imagem-espelho do banquete dos ricos e do despojo de todos os não-proprietários”, como diz Francisco de Oliveira. A regressão se completaria na forma de um Estado-Assistência, outra vez instrumento da magnanimidade dos príncipes.

No entanto, é uma mendiga quem diz:

*“Eu sou a luz da candeia,
sou a flor que semeia,
sou a mão cheia”.*²⁴

Façamos um parêntese: (Parece que é diante dessa ofensiva que estamos recuando, aterrorizados com a visão dantesca, que não mostra saída, do despojo. Mas se até a Igreja já começou a esclarecer para seus fiéis que aqueles ‘excluídos’ são o próprio Jesus Cristo, e não seus representantes, como por muito tempo se acreditou, por que a ciência e a política não podem reconhecer tratar-

se de trabalhadores dotados de si mesmos, identidades construídas no percurso social, e não mais unívocas representações da lógica de mercado?)

Além do caráter de classe do Estado, é preciso considerar em relação ao aumento da exclusão social, o fato de que a concorrência não foi de todo eliminada no interior do sistema produtivo. O padrão de financiamento público da economia capitalista contemporânea supõe regras consensuais, mais estáveis e previsíveis, mas ainda regras de competição. Sua função de agente circulador do capital – na forma dos títulos públicos e dos vários tipos de incentivos e subsídios – demarca um setor oligopolista e um setor concorrencial primitivo, aquele que não tem acesso ao fundo público e dá maior visibilidade à pobreza, ou ainda, desenha o esboço do que hoje se re-denomina de ‘sociedade dual’. Ou seja, além da concorrência dos capitais entre si, assiste-se à concorrência destes pelo fundo público, em que o setor estatal desempenha papel de ponta.

É por isso que uma certa linha de análise do Estado-de-bem-estar se preocupa com a sua vulnerabilidade face às crises econômicas e aponta a necessidade de se instituírem estruturas mais globais, capazes de comportar uma estratégia mais descentralizada e diversificada, seja na concepção dos programas sociais, seja na sua implementação e controle. Tal estrutura abrangente demarcaria então uma *sociedade-do-bem-estar*. E no que pese a evidência dos números reveladores da exacerbção da desigualdade, esta linha de análise aponta os indícios de uma nova construção social em que se estabelecem demandas por controle sobre as próprias condições de trabalho por parte dos trabalhadores, assim como sobre as decisões em relação à automação e racionalização do trabalho, deste modo constituindo novas expectativas no seio de gerações já acostumadas a um nível razoável de satisfação da vida material. Quanto aos outros, os efetivamente excluídos, o chamado ‘efeito-demonstração’, fartamente veiculado pelos meios de comunicação de massa, passa a ser um vetor de pressão na demanda generalizada por bens materiais e simbólicos. Realinhamentos democráticos dessa ordem estariam se impondo nas agendas de governos, pressionando a concepção de bem-estar que tradicionalmente manejaram. Essa é uma perspectiva que se delinea no interior do

Estado-providência, negando sua face conservadora no que Gilder²⁵ denomina de “cidadania dependente do Estado”. Segundo este autor, as diversas formas de proteção e redistribuição aplicadas pelo Estado, negam aquilo que é o maior incentivo ao trabalho – a necessidade – tornando-o opcional e assim favorecendo o que pretende suprir: a pobreza. Embora essa conclusão só tenha sentido no contexto da defesa do *status-quo*, considero bastante adequada a expressão “cidadania dependente do Estado”. Voltarei a ela.

Rosanvallon²⁶, ainda que considerando as evidências do diagnóstico sobre a crise financeira do Estado-de-bem-estar, rejeita a tese de que seja esta a verdadeira crise, para a qual, em todo caso, haveria solução no próprio quadro da contabilidade fiscal. Para ele o problema se refere ao grau de socialização tolerável de um certo número de bens (inclusive, ou até principalmente, simbólicos, eu acrescentaria) e serviços. Estaria havendo como que uma “pressão jacobina” no sentido da participação democrática no montante da riqueza – material e cultural – acumulada, que encontraria resistência na forma de Estado prevalecente.

Assim, a crítica de Rosanvallon incide sobre a própria natureza do Estado-Providência. Começa que ele se funda e se gera sobre o indivíduo como categoria social e política fundamental. Por sua vez, a categoria indivíduo se funda e se gesta no desenvolvimento da economia e sociedade de mercado como categoria econômica central e com o máximo de autonomia possível em relação a comunidades e localidades prévias. Depois, como Estado-fiscal que é, não pode prescindir, nem existir fora, do mecanismo de mercado. Nestas condições, o Estado-Providência gera um tipo de solidariedade mecânica, típica de uma sociedade que vive como um composto de indivíduos e que se efetua pela intermediação do próprio Estado, tornando opaca as relações sociais reais. Neste sentido é que considero procedente a expressão “cidadania dependente do Estado”. Francisco de Oliveira faz uma sugestão interessante: essa opacidade das relações sociais reais poderia estar ocorrendo em vista de que, no lugar do fetiche da mercadoria que a ‘sociedade-do-bem-estar’ estaria conseguindo reduzir, colocar-se-ia um fetiche do Estado – lugar onde se opera, de um lado, a viabilidade da continuação da exploração da for-

ça de trabalho, e de outro, de sua desmercado-
rização – escondendo agora o fato de que o capi-
tal é completamente social. A fetichização do
Estado teria sua origem histórica no fato de que,
tradicionalmente, este tenha sido bastante ins-
trumentalizado pela classe proprietária e, em re-
gra, a passagem para a publicização das relações
privadas haja requerido a forma estatal.

Simmel²⁷ refere-se a uma “teleologia jurídica”
para qualificar o Estado beneficente – (natural-
mente não ainda à forma acabada do Estado-de-
bem-estar, pois que escreveu a esse respeito no
ano de 1858) – que tem no indivíduo e na sua
condição pessoal o sentido de sua ação final, po-
rém não o seu fim último. Compara esta ação
com o episódio em que Jesus recomenda ao jo-
vem rico desfazer-se de seus bens e doá-los a um
pobre, a fim de ter salva a alma, de modo que
deixa intacto o pobre ao esquecer o princípio se-
gundo o qual não se deve tratar nunca ao homem
como meio exclusivamente, e sim sempre como
fim. E de onde vem esse princípio? É que, na di-
nâmica entre direitos e deveres, o que se impõe
como princípio natural são os direitos; o dever é
uma categoria ética posterior. No caso da assis-
tência abstrata moderna oferecida pelo Estado, o
dever passa a ser o resultado de um fundamento
teleológico, a busca de um objetivo que se procu-
ra atingir, em vez de um fundamento causal com
base em uma unidade real e efetiva entre os mem-
bros todos do grupo. Neste caso, o dever absorve,
anulando, o direito. Tanto é assim, pensa Simmel,
que dentro do Estado moderno, relativamente
democrático, a beneficência é talvez o único ramo
da administração em que os realmente interessa-
dos não têm participação alguma. Dentro desta
concepção, a assistência é uma aplicação de mei-
os públicos a fins públicos; e como de toda essa
teleologia se encontra excluído o pobre mesmo, é
lógico que não se aplique aos pobres e a sua assis-
tência o princípio da administração autônoma,
que em outras matérias é mais ou menos reco-
nhecido. Disso decorre uma particularidade socio-
lógica: a assistência aos pobres como instituição
pública tem um conteúdo absolutamente pesso-
al, não faz outra coisa senão aliviar necessidades
individuais. Um outro elemento é que, sendo o
assistido o objeto do dever e não o titular do di-
reito correspondente, ou seja, dominando um in-

teresse centralista, a relação entre direito e dever
pode ser alterada em virtude de pontos de vista
utilitários.

Quando, ao contrário, prevalece o direito, ou
seja, quando o indivíduo é considerado como re-
presentante da criação inteira, para efeito de suas
demandas, existem as coletividades particulares
às quais se endereça a pretensão do pobre. O Es-
tado, o município, a paróquia, a sociedade profes-
sional, a família, podem, como totalidades, man-
ter relações bem diversas com seus membros;
porém cada uma dessas relações parece conter um
elemento que se atualiza como direito ao socorro
por parte do indivíduo empobrecido. Os direitos
dos pobres que nascem desse vínculo comum, por
mais heterogêneas que sejam as relações socioló-
gicas entre os membros e o grupo, mesclam-se de
modo singular com os estágios primitivos, onde
o indivíduo se encontra dominado pelos usos da
tribo e pelas obrigações religiosas, que formam
uma unidade indiferenciada. Onde a assistência
aos pobres tem sua razão suficiente em um víncu-
lo orgânico entre os elementos, seja enquadrando
seu fundamento religioso numa unidade meta-
física, seja a sua base familiar ou tribal na unida-
de biológica, o direito dos pobres é mais forte-
mente acentuado.

Incluindo problemas mais atuais, já deste sécu-
lo, o pensamento de Arendt²⁸ vai mais ou menos
nessa direção ao tematizar sobre a questão do di-
reito. A noção de direito por ela elaborada diz
respeito, antes de tudo, a uma forma de sociabi-
lidade política, só podendo existir no exercício
mesmo do direito, exercício este que estabelece e
constrói relações, ao mesmo tempo em que su-
põe princípios compartilhados de legitimidade.
Só então é possível referi-lo a necessidades, inte-
resses ou demandas individuais. Ou seja, nessa
compreensão, o direito não se define como ime-
diatamente qualificado em relação ao Estado.
Contém um denso e agregador núcleo político
capaz de definir uma forma de sociedade, enquan-
to modo específico de se viver a experiência soci-
al no interior do grupo. Ter direitos significa,
portanto, pertencer a uma comunidade política,
fazer parte de sua unidade e, nessa condição, ser
dotado do poder de conduzi-la através do julga-
mento e da ação. É somente no seio dessa sintaxe
que é possível compreender o sentido da expres-

são “ter direito a ter direitos”, que pretende sintetizar o pensamento da autora nessa questão.

A análise que Hannah Arendt faz do mundo moderno propõe que este haja dissolvido o elo de ligação do homem com um espaço público, por onde se expressava um “sentido cidadão de participação” e através do qual os homens podiam se reconhecer compartilhando de um destino comum. O princípio formal de equivalência imposto pelo mercado tirou de vista os critérios de julgamento e decisão, que passam então a depender totalmente da contingência da convivência humana e, sobretudo, da capacidade de os homens construir, na e através dessa convivência, critérios e referências que contenham uma validade intersubjetiva passível de gerar um senso comum.

Retornando ao crivo sociológico apresentado por Rosanvallon, sua análise é no sentido de identificar no próprio tecido social, os sinais de resistência à fragmentação que dissolve aquela esfera pública pleiteada por Hannah Arendt. Esses sinais apontam formas, ainda que parciais e insuficientes, de reaproximação social. Trata-se das redes subterrâneas de solidariedade familiar ou grupal, assim como da própria economia informal, que constituem formas de socialização transversal e apontam para a possibilidade de uma reinserção da solidariedade na sociedade. Por outro lado, a primeira condição para o desenvolvimento de uma socialidade nova é o aumento do tempo livre, o que é já uma possibilidade posta em razão das atuais condições da produção, favorecendo a aprendizagem e o exercício de novos tipos de vida, aqueles envolvidos pelos serviços mútuos, pela ampliação das atividades de vizinhança etc. Neste sentido, o modelo social proposto por Rosanvallon supõe a produção de um novo direito, oposto à bipolaridade indivíduo-Estado, que seja capaz de cobrir aquelas formas não-estatais de socialização. Sua proposta mais acabada sugere um ‘direito de substituíbilidade’ do estatal pelo social no domínio de certos serviços coletivos, em que o Estado reconheceria como dedução fiscal os serviços coletivos prestados por grupos sociais. Na opinião do autor, esse modelo levaria a se repensar as fronteiras da relação entre o Estado e a sociedade, deslocando as lógicas unívocas tanto da estatização quanto da privatização.

A discussão sobre novas formas de sociabilidade

de associada à liberação do tempo em consequência do avanço tecnológico é também levantada por Gorz²⁹, que faz uma chamada dramática a partir da constatação de que a abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se, dizendo que a alternativa está entre as duas formas de geri-la: a que leva a uma sociedade do desemprego, e a que leva a uma sociedade do tempo liberado, ou seja, entre a abolição libertadora do trabalho ou sua abolição opressiva e anti-social. Este autor parte de uma premissa metodológica segundo a qual o capitalismo deu nascimento a uma classe operária, ou mais amplamente, uma classe assalariada, cujos interesses, capacidades e qualificações estão na dependência de forças produtivas elas mesmas funcionais **apenas** (o negrito é meu) com relação à racionalidade capitalista. Disso ele deduz que a classe que se desprende do mecanismo de funcionamento do capitalismo é uma classe que se caracteriza como quem “perde a vida ganhando-a”, cujo elemento de identidade é ser refratária à sacralização do trabalho. É a não-classe, de não-trabalhadores, que não se constitui como sujeito social, pois não tem uma concepção de conjunto da história e da sociedade. Esta não-classe é aquela que não anuncia uma sociedade-sujeito por meio da qual os indivíduos estariam integrados e salvos; ao contrário, remete-os à necessidade de salvarem-se a si mesmos e de definirem uma sociedade compatível com sua existência autônoma e seus objetivos próprios.

A não-classe é visualizada empiricamente como o conjunto de trabalhadores expulsos – virtuais ou reais – do tempo de trabalho em razão da automação e informatização. Ou seja, é produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob o efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalista. Sendo assim o produto da decomposição da antiga sociedade fundada no trabalho heterônomo, a não-classe não está voltada para a valorização, utilidade, dignidade, enfim, desejo do trabalho³⁰. Ao contrário da classe operária tradicional, é subjetividade liberada. Isso induz a que os sujeitos façam de sua realização pessoal um fator de maior exigência e combatividade. Uma vez que se encontram desidentificados com o núcleo diretamente econômico da organização da sociedade a que pertencem, os indivíduos encontram nas formas mais comuni-

tárias de ação, o centro de re-identificação social. Os movimentos sociais são compreendidos como o processo de aglutinação daquelas subjetividades liberadas.

Creio que a análise de Gorz perde a direção na premissa da partida, em não considerando o movimento interno da classe no próprio interior do sistema. A única forma de mudança que esta perspectiva de análise consegue perceber é a que se realiza no processo de expulsão dos trabalhadores, pela via das subjetividades liberadas, o que, isoladamente, não é suficiente para mover a história, apesar de imprescindível. Embora deixando implícito nesta análise o desaparecimento do fetichismo, a completa tradução do sistema de exploração do capitalismo, a formulação de Gorz o faz de uma forma meio ‘tropicalista’, o trabalhador se des-colando, “sem nada no bolso ou nas mãos”, das garras do capital, restando livre e não-trabalhador para nunca mais “ganhar a vida perdendo-a”. Mas ganhá-la como? Fica sem resposta. Seu não-trabalhador é um ente des-ligado e, portanto, des-relacionado. De fato, um absurdo lógico-histórico.

No entanto, é a visão aparente da atualidade. Quando hoje se coloca com muito mais intensidade o dilema que ele propôs há quinze anos atrás, entre duas alternativas opostas – ‘sociedade do desemprego’ ou ‘sociedade do tempo liberado’ – com relação à dissolução do trabalho, confirmando-se muito mais a primeira delas – (dá o trânsito frequente das expressões *exclusão social* como causa e *novos pobres* como efeito) – faz com que percamos de vista o ‘tempo de longa duração’ da História. Como diz Schwarz³¹, o debate se dá “como se o capitalismo tivesse acabado de nascer, sem pai nem mãe, e sem atestados de maus antecedentes”. Mas é de um olhar ao longe que precisamos, um olhar capaz de recolocar as tendências da história e perceber seus pontos de inflexão e seus limites.

Para isso, esse olhar não pode deixar de ter como posto de observação a lógica e a trajetória da mercantilização. No caso da questão perseguida nestas notas, que pretende farejar elementos novos que por ventura estejam dando outra qualidade à velha figura do pobre, a mercantilização/desmercantilização do trabalho e seus desdobramentos na relação das classes é o ponto privilegi-

ado de análise. Trata-se de uma perspectiva que tenta localizar o movimento interno das estruturas, aquele cuja base montada em interesses antagonônicos, é capaz de evidenciar os processos de formação e transformação das classes. A questão não é das mais simples. Estas notas vão no sentido de apresentar uma certa desconfiança – não muito mais que isso – a respeito da idéia já bastante aceita, segundo a qual os *novos pobres* caracterizariam uma espécie de sobra, de ponta, enfim, de resto inaproveitável dos ingredientes da produção econômica. Essas pessoas teriam sido desprendidas do sistema por um movimento externo de expulsão, e estariam na borda, sem função e, portanto, também sem identidade. Daí a necessidade de políticas sociais reintegrativas que em muito se confundem no meio do discurso moralista de tipo ‘tudo pelo social’ do Estado caritativo.

Retomando como base o pensamento de Francisco de Oliveira, gostaria de apresentar uma perspectiva diferente daquela acima, desejosa de ser capaz de aliar os conceitos a um profundo sentimento de esperança. Até porque, convivendo mais de perto com os ‘excluídos’, pude perceber que nem sempre eles se vêem como nós os vemos: eles, principalmente, não perderam o desejo.

Assim, quero chamar a atenção para uma força que se opõe à exclusão, uma força que é integrativa na sua materialidade e na sua representação. Como já foi indicado anteriormente, o fundo público, instituído como instrumento de antecipação da demanda no sentido de dar saída à crise do capitalismo nas primeiras décadas deste século, no que foi a ação regulativa do mercado nos moldes keynesianos, tinha já um respaldo no passado no que se refere à sua ligação social e política com a social democracia européia da última metade do século dezenove. O que talvez possa ter sido apenas uma política econômica com fins imediatos, um plano, ou um ‘pacote’, como diríamos hoje, desatou uma qualidade nova na forma da produção capitalista. Operando duplamente, ou seja, nas duas pontas do processo produtivo – capital e trabalho – essa nova qualidade refere-se à estruturalidade do fundo público, transformado que foi numa mediação absolutamente necessária e insubstituível entre aquelas duas instâncias produtivas. Isso é que lhe dá um caráter prévio e, por-

tanto, material e simbolicamente integrativo. Vejamos como.

Sendo o lucro o elemento por excelência privatizado da produção social, e ocorrendo que, a partir de um determinado momento histórico, ele por si já não é mais suficiente para concretizar as novas possibilidades de progresso técnico abertas pelo agigantamento das forças produtivas, e reque-rendo necessariamente a alocação dos recursos públicos, dá-se que a própria natureza daquela forma de propriedade – o lucro – é alterada, uma vez que ‘novos proprietários’ entram em cena, deslocando o automatismo excludente do mercado. Há, portanto, uma mudança na base material e política do processo produtivo. Ou seja, a contradição fundamental do capitalismo entre a produção social e a apropriação privada se explicita cada vez de forma mais acabada, empurrando as relações de produção para o limite de sua manutenção.³² Esse processo já é sem dúvida percebido nas formas mais plurais de movimento e organização da sociedade, dinamizadas pelos sujeitos políticos que interpõem seus interesses à pura lógica do capital e do mercado. Tais sujeitos políticos (que imprópriamente chamei acima de ‘novos proprietários’) apresentam-se agora diante do processo produtivo portando outros componentes para sua auto-reprodução, quais sejam aqueles representados pelo salário indireto – além do seguro desemprego, os bens e serviços financiados pelo fundo público – cujos preços são determinados como quota-parte do salário direto. Trata-se da indexação desses benefícios ao salário, o que faz com que este se torne o parâmetro básico da produção de bens e serviços sociais públicos e mesmo de bens produzidos pelo próprio setor privado. Ou, em outras palavras, esses bens e serviços acabam funcionando como antimercedorias sociais, uma vez que a sua finalidade não é a de gerar lucros e nem mediante sua ação dá-se a extração da mais-valia. O que ocorre é um procedimento inverso a esta, suscitando uma tendência à desmercantilização da força de trabalho, pelo fato de que justamente os componentes de sua reprodução representados pelo salário indireto são antimercedorias sociais.

Por outro lado, uma vez que os componentes do salário indireto são extensivos à maioria da população, na forma dos bens e serviços sociais, ao contrário do salário direto que é definido res-

tritadamente ao trabalhador e seu núcleo familiar, um desdobramento importante para o que estou tentando demonstrar – (que há um movimento de integração social atuando em direção oposta à exclusão) – é que o *novo pobre*, é agora uma categoria coletiva, e que assim se auto-representa, embora ainda não de modo racional ou consciente. Essa é a sua espécie de ‘propriedade’, que o dota de uma carga política inexistente nos antigos embates entre ricos e pobres. Quando, por exemplo, um mendigo em Fortaleza, bate à porta das residências pedindo esmola municiado de um recorte de jornal mostrando o texto de uma reportagem sobre moradores de rua, parecendo muito mais reivindicar do que pedir; ou quando um outro, chegado do sertão, diz que veio à cidade “buscar o decomer porque lá se acabou-se o patrão”³³; e até quando o ‘remista’ francês (o que vive do programa de renda mínima – RMI) de boa aparência narra suas dificuldades para provar a falta de recursos e fazer-se merecer do benefício – (“Tive de levar atestado daqui e dali para provar minha depauperação: sem dinheiro, sem trabalho, sem casa ... Só fui aceito em outro lugar porque dessa vez me apresentei com com os atestados, **mas também fazendo bem o papel de miserável – falando igual a eles, com o olhar perdido como eles, vestindo-me como eles – aí fui enquadrado dentro das normas deles**”. O negrito é meu)³⁴ – é o indício dessa consciência que vejo. Mesmo que ela se nos apresente como uma estratégia maliciosa, como o ‘marketing dos miseráveis’³⁵, ainda assim, é o resultado de uma lição aprendida, é uma tomada de auto-reconhecimento que se faz em confronto com o outro, afirmando a diferença para só então estabelecer a igualdade – o espaço certo da política. Esse é o ‘novo’, na minha opinião.

Resta a questão de como se articula esse poder difuso, o que deve ser feito levando em conta que a pobreza se nega também subjetivamente. Isto quer dizer que, no âmbito das representações subjetivas que expressam a íntima experiência do homem com as carências de toda sorte, tal negação se reflete na imagem especular da pobreza: o pobre então se mira no mais pobre, olha para baixo procurando diferenciar-se, desta forma reagindo ao próprio extermínio. Assim é que, para aquele a quem ainda é permitido garantir a sobre-

vivência com o trabalho, roga a Deus uma maneira de não decair mais e precisar ganhar o pão de cada dia pedindo a um e a outro. Mas quando se vê obrigado a pedir, dá graças a Deus encontrar alguém que lhe ofereça a esmola, porque *é melhor pedir do que roubar*. Isto até o dia em que, de todo destituído, feito ‘morador de rua’, ainda expressa uma dignidade possível batendo com orgulho no peito porque não é ‘maloqueiro’.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

1. PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. O autor se pauta pela linha do ‘individualismo metodológico’, de onde surgem as teorias da escolha racional. Não sendo o caso de discutir tal enfoque como método de análise, quero ressaltar a importância da atitude de alerta que ele implica, com relação à possibilidade de se ‘extrair lições’ da história, uma vez que considera a combinação de condições objetivas e posições subjetivas como uma estrutura de escolhas’ que a cada momento podem ser avaliadas e seguidas ou descartadas.
2. ROSTOW, W.W. (1969), “A Decolagem para o desenvolvimento sustentado”. In: *A economia do subdesenvolvimento*. São Paulo, Forense.
3. SOUZA FILHO, Henrique (O Henfil). (1983), *Diário de um cucaracha*. Rio de Janeiro, Record.
4. OLIVEIRA, Francisco de. (1981), “Anos 70: as hostes errantes”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 1, dez.
5. MOTA, Maria Elizabete Lima (poeta-mendiga das ruas de São Paulo). (1987), *Declaro que estou em tormento; poesias da sargeta*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo. *Morar ambulante, caminheiro, andante*.
*Já vamos andando morar:
o barraco querem tomar
Já pensou: viver sem habitar? Pode se sossegar? Jesus Nazareno, o mundo é tão pequeno que não cabem os pobres? Já pensou, Senhor, que horror, Senhor?*
6. OLIVEIRA, Francisco de. (1994), “A Revolução dos Zés”. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.3, set.
7. LAFARGUE, Paul. (1983), *O direito à preguiça*. São Paulo, Kairós.
8. OFFE, Claus. (1984), *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.
9. BAGOLINI, Luigi. (1981), *O Trabalho na democracia*. Brasília, UNB.
10. POLANYI, Karl. (1992), *La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. México, Fondo de Cultura.
11. OLIVEIRA, Francisco de. (1988), “O surgimento do anti-valor”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, Out.
12. TAKEVTI, Norma. “A pobreza e a exclusão social no Primeiro Mundo”. (Mimeo.)
13. OFFE, Claus. Op.cit.
14. Depoimento de Dona Fransquinha, mendiga do sertão, recolhido na minha pesquisa sobre os mendigos no mundo do trabalho.
15. BENJAMIM, Walter. (data?), “*Experiência e pobreza*”: obras escolhidas. São Paulo, Brasiliense.
16. NASCIMENTO, Elimar. (1994), “*Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*”. Anpocs.
17. *DE FATO – Revista da CUT*, ano 1, n. 2, Fev. 1994.
18. COULSON, Margareth. *Introdução crítica à sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
19. Depoimento recolhido em vídeo, Produtora Olhar Eletrônico-Instituto Itau, “Do outro lado da rua”, 1992.
20. SOUZA, Herbert (O Betinho). “A campanha contra a fome na campanha eleitoral”. *Folha de São Paulo*, 9 de Set. 1994.
21. OLIVEIRA, Francisco de. “O surgimento do anti-valor”. Op.cit.
22. Campanha da Fraternidade/1995. A expressão ‘Eras tu, Senhor?!’ é baseada no Evangelho de São Mateus, Cap.25, Vers. 31 a 46, sobre o Juízo Final, em que Jesus diz: “Toda vez em que vocês deram de comer a um desses pequenos, foi a MIM que deram”.
23. OLIVEIRA, Francisco de. “Classes sociais, o marxismo analítico, a criança e a água do banho”. (sem referência).
24. MOTA, Maria Elizabete Lima. Op.cit.
25. GILDER, G. “Wealth and poverty” (1982) *Apud* . DRAIBE, Sônia. “Welfare State, crise e gestão da crise”. *RBCS*, v.3, n.6, fev. 1988.
26. ROSANVALLON, P. (1981), *La crise de L’État-Providence*. Paris, Seuil.
27. SIMMEL, Georg, “El pobre”. (1939), In: *Sociología-estudios sobre las formas de socialización*, Buenos Aires, Espasa-Calpe.
28. ARENDT, Hannah. (1981), *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense.
29. GORZ, André. (1982), *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense.
30. O depoimento do sindicalista japonês Ben Watanabe a Bernardo Joffily, CUT-Fev/1994, confirma essa tendência: “Pelo jeito, a coragem, o heroísmo e a dedicação do trabalhador japonês estão cedendo lugar ao mundano direito de ficar mais tempo sem fazer nada. A vaga mais alta arrebentou no primeiro de maio de 93 que, embora não seja data comemorativa no Japão, levou cerca de quatro milhões de operários a se ausentarem de seus locais de trabalho”.
31. SCHWARZ, Roberto. “Do lado da viravolta”- entrevista. *Teoria e Debate*, ano 7, n. 27, fev. 1995. Kairós, 1983.

32. Francisco de Oliveira amplia esse pensamento na formulação do conceito de 'modo social-democrata de produção'. "A Economia política da social-democracia", *Revista USP*, n.17, maio 1993.
33. Dados da minha pesquisa sobre os mendigos no mundo do trabalho, que resultou na tese de doutorado em Sociologia, *A Miséria e os Dias - história social da mendicância no Ceará*.
34. Depoimento citado em "A pobreza e a exclusão social no Primeiro Mundo" (Mimeo.)
35. COSTA, Fernando. "O Marketing dos miseráveis". *Jornal O Povo*, Fortaleza, 17 jan.1995.